

11/11/2022

APEOESP

72

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

POR ATRIBUIÇÃO DE AULAS PRESENCIAL, JUSTA E TRANSPARENTE

*Não à jornada como fator de classificação
Lista única por tempo de serviço e títulos
Garantia do direito de escolha dos professores
Prorrogação dos contratos da categoria O já!*

*Pela devolução dos descontos salariais de
aposentados e pensionistas*

*Por uma mesa permanente de negociação
Carreira justa, reajuste salarial e valorização dos
professores e das professoras*

*Vitória democrática tem que prevalecer!
Professores associados da APEOESP irão
a Brasília em 1º/01/2023*

Secretaria de Comunicação

Em reunião realizada na sexta-feira, 11 de novembro, o Conselho Estadual de Representantes (CER) da APEOESP realizou uma sucinta avaliação da conjuntura pós-eleições, destacando a necessidade de defesa do processo eleitoral e da democracia, frente às tentativas de alguns setores de desqualificar seus resultados para manter o atual grupo de extrema direita no poder.

Para aprofundamento desta discussão, em todos os seus aspectos, debatendo as perspectivas futuras para a população brasileira, a classe trabalhadora e nossa categoria, ficou decidido que será convocada reunião ampliada do CER em dezembro – data a ser definida – para a qual serão convidados economistas e outros especialistas para a realização de uma mesa de debates.

Esta reunião do CER também definirá o calendário de ações da entidade para a primeira etapa do ano de 2023, considerando, sobretudo, que estaremos diante de um novo governo em São Paulo, que já aventa possíveis nomes de pessoas privatistas para ocupar o cargo de secretário da Educação.

Em defesa da democracia, do Estado democrático de direito. Pela garantia do seu voto. Caravanas a Brasília

O CER aprovou a participação de associados da APEOESP nas caravanas que irão a Brasília no dia 1º de janeiro de 2023, por ocasião da posse do novo Presidente da República, para somar nossa resistência à qualquer tentativa de quebra da ordem democrática.

Os associados e as associadas devem se dirigir às subsedes, que enviarão à Sede Central (presiden@apeoesp.org.br) nomes e RGs dos/as interessados/as até o dia 20/11. Detalhes operacionais serão tratados em comunicado específico às subsedes.

Em defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população em geral

APEOESP continuará, juntamente com a CUT, a CNTE e demais entidades nacionais lutando, entre outros eixos emergenciais, por:

- Auxílio emergencial e a volta do Bolsa Família
- Reajuste e aumento real do salário mínimo
- Reajuste da verba per capita destinada à alimentação escolar
- Revogação da reforma trabalhista e suas decorrências
- Revogação da reforma da Previdência
- Retirada da PEC 32 (reforma administrativa)
- Fim do teto de gastos (EC 95)
- Revogação da reforma do ensino médio e da BNCC imposta pelo governo Bolsonaro
- Implementação do Plano Nacional de Educação

Nas subsedes, devemos manter as atividades dos comitês de luta, envolvendo demais segmentos dos servidores públicos, sindicatos, estudantes, movimentos sociais e outros segmentos.

Marcha da Consciência Negra

Como parte da luta por democracia e direitos, participaremos ativamente da 19ª Marcha da Consciência Negra, que se realizará no dia 20/11 na Capital, com concentração às 10h00 no MASP, na Avenida Paulista.

**POR UMA MESA
PERMANENTE DE
NEGOCIAÇÃO COM O
GOVERNO ESTADUAL**

Na esfera estadual, prosseguimos lutando pela instituição de uma Mesa Permanente de Negociação visando recuperação de direitos e atendimento das demais reivindicações, entre elas:

- Devolução dos descontos do confisco salarial de aposentados e pensionistas.

- Revogação da LC 1374/2022.
- Carreira justa. Convocação da Comissão Paritária.
- Valorização salarial e profissional – reajuste de 33,24% e cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação.
- Concursos públicos para todos os cargos docentes.
- Aprovação e efetivação do Plano Estadual do Servidor Público.

POR ATRIBUIÇÃO DE AULAS PRESENCIAL, JUSTA E TRANSPARENTE

Nossa categoria vive momentos de apreensão em relação ao processo de atribuição de aulas para o ano de 2023. A resolução SEDUC 85/2022, que regula este processo, traz alguns dispositivos decorrentes da Lei Complementar 1374/2022 (subsídio), com os quais não podemos concordar. Um deles se destaca: tentativa de imposição da opção do professor por determinada jornada de trabalho como fator para a classificação deste no processo de atribuição.

A APEOESP já obteve liminar parcial no TJSP contra a LC 1374/2022 e está solicitando que esta liminar seja estendida para impedir que a questão da jornada interfira na classificação.

Solicitamos reunião emergencial com o secretário da Educação para tratar, entre outros pontos relativos à atribuição:

- Que o processo seja presencial.
- Não utilização da opção de jornada como critério na classificação da atribuição de aulas.
- Assegurar direito de escolha dos professores.
- Lista única de classificação para todos os segmentos.
- Garantir a formação de salas de aula ainda este ano, antes do processo de atribuição de aulas.

- Garantir ao Sindicato todas as condições para a fiscalização do processo e atuação em defesa dos direitos da categoria.
- Assegurar procedimentos que evitem os recorrentes problemas nas listas de classificação que vem se verificando nos últimos anos.

Nosso Sindicato está providenciando a impressão e distribuição do caderno contendo a íntegra comentada da Resolução 85/2022 e realizará reunião ampliada sobre a atribuição de aulas no dia 2 ou 9/12, a depender da data de início do processo de atribuição, que deverá ser definida no calendário a ser publicado pela SEDUC.

Prorrogação dos contratos dos professores da categoria O

A APEOESP, como vem fazendo todos os anos, está em luta pela prorrogação dos contratos dos professores da categoria O. Neste momento, existem 40 mil professores cujos contratos se iniciaram em 2018 e 2019 que estão ameaçados de demissão.

Uma primeira vitória já foi conquistada, pois esses professores poderão participar do processo inicial de atribuição de aulas.

Entretanto, é necessária a prorrogação dos contratos, para que não tenham prejuízos financeiros.

Além de providências jurídicas do Sindicato, tramita em regime de urgência na Alesp o PLC 42/2022, de autoria da deputada Professora Bebel, presidenta da APEOESP, que autoriza a prorrogação. Ao mesmo tempo, o governo afirma que tem pronto um projeto para a mesma finalidade, que, segundo o próprio governo, enfrenta problemas junto à Procuradoria Geral do Estado.

Estamos na luta e vamos às últimas consequências para que seja dada solução para este problema, que é grave, recorrente, e prejudica professores e estudantes. Estamos também na luta para que seja dada solução estrutural para este problema, por meio de uma nova legislação que cumpra a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação (direitos equivalentes aos efetivos) e para que sejam convocados concursos públicos para todos os cargos docentes.

PELA DEVOLUÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A grande vitória que foi a aprovação da Lei Complementar 1380/2022, que acaba com o confisco salarial de aposentados e pensionistas a partir de janeiro de 2023, na qual a APEOESP e sua presidente, a deputada Professora Bebel, tiveram papel de protagonistas, nos leva à próxima etapa, igualmente fundamental: a devolução dos valores descontados desde setembro de 2020.

Esta é uma pauta que trataremos com o governador, o secretário da Educação, outras instâncias do governo e, se necessário, no âmbito judicial.

Resolver de forma completa essa questão é uma obsessão para o nosso Sindicato.

NÃO À MUNICIPALIZAÇÃO. PELA GARANTIA DE CRECHES E PRÉ-ESCOLAS A TODA A POPULAÇÃO

A APEOESP realizará campanha estadual contra a municipalização do ensino e pela garantia de creches e pré-escolas.

No momento, por meio da Subsede de São José dos Campos, estamos lutando contra a municipalização de 17 escolas estaduais, sendo que o Município tem dinheiro em caixa, superávit financeiro e não cumpre suas obrigações quanto à educação infantil, terceirizando as creches.

EM DEFESA DA VIDA

Tendo em vista a disseminação da nova variante Ômicron, a APEOESP voltou a oficial à SEDUC para cobrar a efetivação dos protocolos elencados pelo nosso Sindicato e medidas preventivas nas escolas estaduais.

Orientamos toda a categoria ao uso de máscara nos ambientes escolares.

Voltamos a solicitar das subsedes e da categoria informações sobre a ocorrência de casos de Covid-19 nas escolas, por meio do link <http://bit.ly/3or2cme>

CONCURSO DE REMOÇÃO

A APEOESP continua cobrando a realização do concurso de remoção docente.

PAGAMENTO DO BÔNUS

A APEOESP está cobrando do governo a definição de data para pagamento do Bônus.

QUEREMOS RESPEITO À VIDA. PELA HUMANIZAÇÃO E MELHORIA DO ATENDIMENTO NO IAMSPE E DPME

É revoltante e desumano o ocorrido com a professora Patrícia Souza, da Escola Estadual Ermano Marchetti (Subsede Oeste Lapa) que faleceu na fila do Departamento Estadual de Perícias Médicas (DPME), enquanto aguardava para passar por perícia visando licença médica.

Esta professora, muito ativa nas nossas lutas, estava internada no Hospital do Servidor Público Estadual (HSPE), pois deveria passar por cirurgia de endometriose. Recebeu, no entanto, alta do hospital, embora muito debilitada. Passou mal e faleceu no DPME.

APEOESP está à disposição da família para tudo o que for necessário e o caso está com advogado designado pela entidade para as providências cabíveis.

Esta morte é resultado do descaso do governo e da política de “Estado mínimo”, que busca reduzir serviços, economizar e direcionar recursos públicos para outras finalidades, entre elas grupos privados, por meio de terceirizações, convênios e privatizações. O Estado ataca direitos dos servidores, da população em geral, causando até mesmo mortes como a da professora Patrícia.

O governador eleito possui discurso de continuidade dessa política e enfrentará nossa luta e nossa mobilização.

Queremos a humanização do atendimento, descentralização e mais qualidade no IAMSPE e no DPME. No IAMSPE é necessária a instituição do Conselho Administrativo e Fiscal paritário e que o Estado destine 3% sobre a folha de pagamento para o IAMSPE.

Em defesa da vida. Professora Patrícia Souza, presente. Sempre!

Secretaria de Comunicação